

Sumário

1. DIREITO ELEITORAL	19
2. PROCESSO ELEITORAL	25
3. PROCESSO: CONCEITO E FINALIDADE	27
3.1. Processo eleitoral e seu caráter público	27
3.2. Processo coletivo	28
4. DIREITO DE AÇÃO	38
5. AÇÕES ELEITORAIS	40
5.1. Processo e procedimento.....	41
5.2. Modalidades de ações eleitorais	42
6. REGISTRO DE CANDIDATURA	43
6.1. Propostas defendidas pelo candidato	47
6.2. Homonímia não resolvida entre candidatos	50
6.3. Petição. Encaminhamento de prova de ser o candidato conhecido por determinada opção nominal.....	52
6.4. MODELOS	55
6.4.1. Petição. Acordo entre candidatos quanto à utilização do nome	55
6.4.2. Petição. Preferência. Registro anterior	57
6.5. Substituição de candidato	59
6.6. Candidato “sub judice”	61
7. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	66
7.1. Legitimidade ativa	66

7.2. Capacidade postulatória.....	66
7.2.1. Litisconsórcio	69
7.2.2. Legitimidade do cidadão	69
7.3. Legitimidade passiva.....	70
7.4. Procedimento	71
7.5. Petição inicial e fundamentos de fato e de direito.....	72
7.6. Prazos e comunicação dos atos processuais	73
7.7. Defesa	73
7.8. Instrução e diligências.....	75
7.9. Alegações finais e decisão	83
7.10. MODELOS	88
7.10.1. Petição. Impugnação de registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, “a” (segundo caso – analfabetismo), Lei Complementar 64/90.....	88
7.10.2. Contestação em impugnação ao registro de candidatura.....	91
7.10.3. Petição. Impugnação de registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, “e”, 1 (condenação criminal por órgão colegiado), Lei Complementar 64/90, alterada pela Lei Complementar 135/2010 (Lei da Ficha Limpa)	96
7.10.4. Contestação. Impugnação de registro de candidatura	98
8. REPRESENTAÇÕES – PROPAGANDA ELEITORAL	104
8.1. Procedimento das representações por propaganda eleitoral ilícita	106
8.2. MODELOS	110
8.2.1. Representação por propaganda extemporânea	110
8.2.2. Propaganda intempestiva. Defesa	113
8.2.3. Propaganda eleitoral em bem público. Representação	118
8.2.4. Propaganda eleitoral em bem particular de uso comum. Representação	120
8.2.5. Propaganda eleitoral em bens particulares. Locação de imóvel para sede. Defesa.....	123
8.2.6. Propaganda eleitoral. Cavaletes. Falta de mobilidade.....	127
8.2.7. Propaganda eleitoral. Cavaletes e bonecos. Apreensão. Defesa	132
8.2.8. Propaganda eleitoral. Representação para garantia da prioridade pelo aviso na realização de comício.....	135
8.2.9. Propaganda eleitoral. <i>Outdoor</i> . Representação.....	139

8.2.10. Propaganda eleitoral na imprensa. Divulgação na véspera das eleições. Medida cautelar de busca e apreensão. Representação	142
8.2.11. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão	145
8.2.12. Propaganda eleitoral. Internet.....	148
8.2.13. Propaganda eleitoral. Direito de resposta	151
9. CONDUTAS VEDADAS – REPRESENTAÇÕES	153
9.1. Condutas vedadas. Análise das proibições.....	153
9.2. Condutas vedadas. Procedimento	174
9.3. Condutas vedadas. Configuração potencialidade de desequilíbrio do pleito eleitoral	175
9.4. MODELOS	179
9.4.1. Condutas vedadas. Caso prático. Cessão de bem imóvel a partido para comitê	179
9.4.2. Condutas vedadas. Caso Prático. Comparecimento de candidato a inauguração de obra pública.....	183
9.4.3. Condutas vedadas. Caso prático. Defesa. Cessão de servidor..	187
10. REPRESENTAÇÕES – CAPTAÇÃO INDEVIDA DE SUFRÁGIO	192
10.1. MODELOS	199
10.1.1. Representações. Captação indevida de sufrágio. Doação de material de construção. Inicial	199
10.1.2. Representações. Captação indevida de sufrágio. Promessa de emprego. Inicial.....	202
10.1.3. Representações. Captação indevida de sufrágio. Promessa de campanha. Defesa.....	205
11. REPRESENTAÇÕES – CAPTAÇÃO OU GASTOS ELEITORAIS ILÍCITOS ..	213
11.1. MODELO	216
11.1.1. Representações – Captação ou gastos eleitorais ilícitos. Doação de entidades esportivas. Inicial.....	216
12. INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – ABUSO DO PODER ECONÔMICO, POLÍTICO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO (AIJE).....	219
12.1. AIJE. Procedimento.....	220
12.1.1. Potencialidade lesiva do ato e gravidade dos fatos	222

12.1.2. Prazo para ajuizamento da AIJE.....	222
12.1.3. Recursos	222
12.1.4. Efeitos do recurso	223
12.2. MODELOS	224
12.2.1. Abuso de poder econômico. Contratação de cabos eleitorais. Inicial.....	224
12.2.2. Abuso de poder econômico. Intervenção de empresas com a utilização de recursos financeiros para favorecer candidato. Inicial.....	228
12.2.3. Abuso de poder econômico. Doação por terceiros de dinheiro e cestas básicas para entidade beneficente atender a famílias carentes. Defesa.....	231
12.2.4. Abuso de poder político. Vereador-Presidente da Câmara Municipal que condiciona a inclusão em pauta, de projeto de lei que interessa a determinada empresa, à doação de valores para sua campanha eleitoral. Inicial	237
12.2.5. Abuso de poder político. Entrelaçamento com abuso de poder econômico. Utilização indevida de servidores públicos. Inicial.....	241
12.2.6. Abuso de poder político. Propaganda de terceiros. Insuficiência de provas. Defesa.....	246
12.3. AIJE. Abuso dos meios de comunicação	251
12.4. MODELOS	255
12.4.1. AIJE. Uso abusivo dos meios de comunicação social. Entrevistas. Inicial.....	255
12.4.2. AIJE. Uso abusivo dos meios de comunicação social. Apoio de jornais. Defesa	260
13. AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	267
13.1. Procedimento	268
13.2. Segredo de justiça.....	268
13.3. Legitimados.....	268
13.4. Litispendência e coisa julgada	269
13.5. MODELOS	272
13.5.1. AIME. Abuso de poder econômico. Utilização de veículos para transporte de eleitores no dia das eleições, em desacordo com a Lei 6.091/74. Inicial	272

13.5.2. AIME. Corrupção. Captação de sufrágio. Compra de votos. Inicial.....	278
13.5.3. AIME. Fraude. Defesa.....	283
14. RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	288
14.1. Inelegibilidade	289
14.2. Aplicação indevida do sistema de proporcionalidade eleitoral e erro quanto à definição do resultado	290
14.3. Diploma concedido ou negado com afronta à prova dos autos – art. 222, Código Eleitoral e art. 41-A, Lei 9.504/97. Prova pré-constituída	290
14.4. MODELOS	294
14.4.1. Recurso contra a expedição de diploma. Petição. Inelegibilidade superveniente	294
14.4.2. Recurso contra a expedição de diploma. Contrarrazões. Inelegibilidade superveniente.....	298
15. FIDELIDADE PARTIDÁRIA – DESFILIAÇÃO – PERDA DE MANDATO ELETIVO	302
15.1. MODELOS	313
15.1.1. Declaratória de justa causa para desfiliação partidária. Inicial. Discriminação pessoal	313
15.1.2. Declaratória de justa causa para desfiliação partidária. Contestação. Discriminação pessoal	317
15.1.3. Ação de Perda do Mandato Eletivo por Desfiliação Partidária sem Justa Causa. Inicial.....	323
15.1.4. Ação de Perda do Mandato Eletivo por Desfiliação Partidária sem Justa Causa. Contestação.....	326
16. RECURSOS ELEITORAIS.....	330
16.1. MODELOS	334
16.1.1. Recurso eleitoral. Indeferimento de registro de candidatura	334
16.1.2. Recurso eleitoral. Impugnação de registro de candidatura.....	339
16.1.3. Embargos de declaração	343
16.1.4. Recurso eleitoral. Representação. Propaganda eleitoral.....	345
16.1.5. Recurso eleitoral. Representação. Conduta vedada	348

16.1.6. Recurso eleitoral. AIJE.....	351
16.1.7. Agravo de instrumento. AIJE.....	354
16.1.8. Recurso eleitoral. AIME.....	358
16.1.9. Recurso especial eleitoral.....	362
16.1.10. Recurso extraordinário.....	365
16.1.11. Mandado de segurança.....	369
17. CRIMES ELEITORAIS	372
17.1. Conceito de membros e funcionários da Justiça Eleitoral.....	375
17.2. Regra específica do grau mínimo da pena abstrata	376
17.3. Pena de multa	377
17.4. Regras gerais do CP aplicáveis aos crimes eleitorais	378
17.5. Crimes cometidos por meio da imprensa.....	378
17.6. Crimes eleitorais: transação penal e suspensão condicional do processo	379
17.7. Processo penal eleitoral.....	381
17.8. Resolução n. 23.363/2011 – Tribunal Superior Eleitoral	390
17.9. MODELOS	394
17.9.1. Peças criminais.....	394
17.9.1.1. Instauração de investigação policial. Crime de destruição de propaganda eleitoral. Requerimento ao delegado de polícia ...	394
17.9.1.2. Defesa preliminar.....	396
17.9.1.3. Alegações finais. Crime do art. 309, Código Eleitoral (votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem).....	398
17.9.2. Decisões eleitorais	403
17.9.2.1. Prestação de contas. Candidato. Gastos sem recibos. Desaprovação	403
17.9.2.2. Criminal. Suborno a testemunha. Art. 343, Código Penal. Eleitoral. Competência da Justiça Federal. Declinação	407
17.9.2.3. Acesso à cópia de prestação de contas. Possibilidade ...	409
17.9.2.4. Duplicidade de filiação. Cancelamento de ambas.....	411
17.9.2.5. Mesários faltosos.....	413
17.9.2.6. Prestação de contas. Intempestividade. Conhecimento. Proporcionalidade. Aprovação.....	415

17.9.2.7. Prestação de contas. Candidato. Ausência de recibos. Desaprovação	420
17.9.2.8. Prestação de contas. Candidato desistente. Não abertura de conta. Aprovação. Razoabilidade	423
17.9.2.9. Prestação de contas. Partido. Desaprovação. Proporcionalidade na sanção	426
17.9.2.10. Propaganda eleitoral irregular. Poder de polícia. Notificação	430
17.9.2.11. AIME. Decisão saneadora.....	431

18. QUADRO REFERENTE À LEGISLAÇÃO ELEITORAL ATUALIZADA.....	435
--------------------------------------------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	437
--------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	439
-----------------------------------------	------------